



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

LEI Nº 1691/2005

Estabelece regime especial para contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e arts. 106 e 107 da Lei Orgânica Municipal, e dá outras providências.

O Povo do Município de Passa Quatro, Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Administração Municipal poderá efetuar a contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições e prazos do regime especial previsto nesta Lei, vedada a aplicação de qualquer outro, estatutário ou celetista.

Art. 2º Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público:

I - assistência a situações de emergência ou calamidade pública;

II - combate a surtos endêmicos;

III - realização de recenseamentos e outras pesquisas de natureza estatística efetuadas por instituições públicas;

IV - admissão de professor substituto e professor visitante;

V - admissão de professor e pesquisador visitante estrangeiro;

VI - admissão de profissional de notória especialização, inclusive estrangeiro, para execução de serviços nas áreas de pesquisa científica e tecnológica;

VII - admissão de profissional comprovadamente habilitado para o desempenho de funções relativas a programas mantidos com os governos Federal ou Estadual, ressalvados os respectivos termos e condições;

VIII - atendimento a outras situações temporárias de excepcional interesse público, observados os requisitos de que trata o §1º deste artigo.

§ 1º Para os fins desta Lei, são condições obrigatórias e cumulativas para a contratação temporária:

I - a formalização de Termo de Justificação da necessidade da contratação, autorizado pelo Prefeito Municipal, com indicação precisa do motivo, da previsão legal, do prazo, do número de contratados, das funções e dos valores da remuneração de cada um deles;

II - a determinabilidade temporal do contrato, a se exaurir de pleno direito ao término do prazo fixado ou mediante a cessação da situação excepcional que lhe deu causa;



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

III - a temporariedade da função, vedada a contratação temporária de pessoal para o desempenho de atribuições de caráter permanente, exclusivas de ocupantes de cargos públicos;

IV - a excepcionalidade do interesse público, vedada a contratação temporária de pessoal para o atendimento de situações comuns da rotina administrativa.

§ 2º A contratação de professor substituto a que se refere o inciso IV far-se-á exclusivamente para suprir a falta de docente da carreira, decorrente de exoneração ou demissão, falecimento, aposentadoria, afastamento para capacitação e afastamento ou licença de concessão obrigatória.

§ 3º As contratações para substituir professores afastados para capacitação ficam limitadas a dez por cento do total de cargos de docentes da carreira constantes do quadro de lotação da instituição.

§ 4º O Termo de Justificação de que trata o Inciso I do § 1º deste artigo deverá ser enviado à Câmara em um prazo máximo de 10 (dez) dias.

Art. 3º O recrutamento do pessoal a ser contratado nos termos desta Lei prescinde de concurso público e será realizado através de processo seletivo, sujeito à ampla divulgação, inclusive através de publicação na imprensa local, ressalvadas as hipóteses de que tratam os incisos I e II do **caput** do art. 2º, ou mediante análise do respectivo **curriculum vitae**, à vista da capacidade técnica ou científica do profissional.

Art. 4º As contratações serão feitas por tempo determinado, observados os seguintes prazos máximos:

I – seis meses, nos casos dos incisos I, II, V e VIII do **caput** do Art. 2º;

II – um ano, nos casos dos incisos III e IV do **caput** do Art. 2º;

III – dois anos, nos casos dos incisos VI e VII do **caput** do Art. 2º.

Art. 5º As contratações somente poderão ser realizadas com observância da dotação orçamentária específica e mediante prévia autorização do Prefeito Municipal.

Art. 6º É proibida a contratação, nos termos desta Lei, de servidores da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de empregados ou servidores de suas subsidiárias e controladas, ressalvados os casos em que seja constitucionalmente permitida a acumulação de cargos, empregos e funções.

Parágrafo único. Sem prejuízo da nulidade do contrato, a infração do disposto neste artigo importará na responsabilidade administrativa da autoridade contratante e do contratado, inclusive solidariedade quanto à devolução dos valores pagos ao contratado.

Art. 7º A remuneração do pessoal contratado nos termos desta Lei será fixada em importância não superior ao valor da remuneração constante dos planos de retribuição ou nos quadros de cargos e vencimentos do servidor público, para servidores que desempenhem função semelhante, ou, não existindo a semelhança, às condições do mercado de trabalho, a ser fixada, neste último caso, pelo Prefeito Municipal.



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, não se consideram as vantagens de natureza individual dos servidores ocupantes de cargos tomados como paradigma.

Art. 8º Ao pessoal contratado nos termos desta Lei aplica-se o disposto no art. 40, §13, da Constituição Federal, com a redação determinada pela Emenda Constitucional n.º 20, de 15 de dezembro de 1998.

Art. 9º O pessoal contratado nos termos desta Lei não poderá:

I - receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;

II - ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança;

III - ser novamente contratado, com fundamento nesta Lei, antes de decorridos 90 (noventa) dias do encerramento de seu contrato anterior, salvo nas hipóteses previstas nos incisos I, II e VII do **caput** do Art. 2º, mediante prévia autorização, conforme determina o Art. 5º.

Parágrafo único. A inobservância do disposto neste artigo importará na rescisão do contrato nos casos dos incisos I e II, ou na declaração da sua insubsistência, nos demais casos, sem prejuízo da responsabilidade administrativa das autoridades envolvidas na transgressão.

Art. 10 As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos desta Lei serão apuradas mediante sindicância, concluída no prazo de trinta dias e assegurada ampla defesa.

Art. 11 Aplica-se ao pessoal contratado nos termos desta Lei, no que couber, o disposto nos arts. 141 a 145; 146, alínea "b" e § 1º e 5º; 147 a 149, parágrafo único; 201 a 203, 205 a 208; 220, alíneas "a" e "b"; 236 a 243; e 271, incisos I, IV e VI, e parágrafo único; 272, 274, e 277 a 283 da Lei nº 234, de 01 de outubro de 1959, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município.

Art. 12 O contrato firmado de acordo com esta Lei extinguir-se-á:

I - pelo término do prazo contratual;

II - por iniciativa do contratado, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ressalvada a hipótese de dispensa do cumprimento deste prazo pela Contratante;

III - por iniciativa e conveniência da Contratante a qualquer tempo.

Parágrafo único. A extinção do contrato não gera para o contratado o direito de indenização trabalhista ou de qualquer outra natureza estranha ao regime especial previsto nesta Lei.

Art. 13 O tempo de serviço prestado em virtude de contratação nos termos desta Lei será contado para todos os efeitos.

Art. 14 Aplica-se o disposto nesta lei aos contratos por tempo determinado celebrados sob a égide da Lei nº 1687, de 27.01.2005.



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

Art. 15 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 28 de janeiro de 2005.

Art. 16 Revogam-se as disposições em contrário.

Passa Quatro, 18 de março de 2005.

Acácio Mendes de Andrade
Prefeito Municipal

Paulo Roberto Moraes
Secretário Municipal de Administração